



**Concurso Público para provimento de vagas de
Consultor Técnico-Legislativo
Categoria Pedagogo**

Nome do Candidato
Caderno de Prova 'C24', Tipo 001

Nº de Inscrição
MODELO

Nº do Caderno
TIPO-001

Nº do Documento
000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA
OBJETIVA**

**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos**

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Foque atenção e esforços positivos para atingir o que almeja.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
- Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
 - Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
 - Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 3 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 6, baseie-se no texto abaixo.

Juventude de hoje, de ontem e de amanhã

A juventude é estranha porque é a velhice do mundo passada indefinidamente a limpo. Uma geração lega à outra um magma de erros e sabedoria, de vícios e virtudes, de esperanças e decepções. O jovem é o mais velho exemplar da humanidade. Pesa-lhe a herança dos conhecimentos acumulados; pesa-lhe o desafio do que não foi conquistado; a inadequação entre o idealismo e o egoísmo prático; pesa-lhe o inconsciente da raça, esta sessão espírita permanente, através da qual cada homem se comunica com os mortos.

No encontro de duas gerações, a que murcha e a que floresce, há uma irrisão dramática, um momento de culpas, apreensões e incertezas. As duas figuras se contemplam: o jovem é o passado do velho, e este é o futuro que o jovem contempla com horror. Assim, o momento desse encontro é um espelho cujas imagens o tempo deforma, sem que se desfça, para o moço e para o velho, a sinistra impressão de que as duas figuras são uma coisa só, um homem só, uma tragédia só.

O poeta romântico inglês Shelley poderia ser o padrão do adolescente de todas as épocas: nasceu de família respeitável e rica, foi bonito, sincero, revoltado, idealista, violento, amoroso, apaixonado pela vida e pela morte, inteligente, confuso e, sobretudo, de uma sensibilidade crispada. Não era um monstro: seus atos eram a consequência lógica de suas ideias, da lealdade às suas crenças. E enquanto escrevia versos musicais, fecundados de amor cósmico, esperança e idealismo social, atirava-se feroz contra o conformismo do clero, a monarquia, as leis vigentes, o farisaísmo universal.

(Adaptado de CAMPOS, Paulo Mendes. **O amor acaba**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 135-136)

1. A afirmação inicial *A juventude é estranha* encontra em seguida uma justificativa quando o autor argumenta que os jovens,
 - (A) assim como os mais velhos, dão a vida passada por vivida, recusando-se a crer que ainda haja ideais a serem perseguidos.
 - (B) ao contrário dos velhos, buscam passar seu próprio tempo a limpo, livrando-o da carga pesada dos erros passados.
 - (C) incorporando valores de outros tempos, acumulam erros e acertos do passado, como se numa transmissão sobrenatural.
 - (D) rejeitando as heranças culturais disponíveis, têm a ilusão de que renovam tudo, ainda quando repitam erros do passado.
 - (E) espelhando-se em si mesmos, acabam reabilitando e nobilitando ideais que se perderam em antigos combates.
2. O poeta inglês Shelley, segundo o autor do texto, *poderia ser o padrão do adolescente de todas as épocas* porque nele
 - (A) o espírito revoltoso de um marginalizado fazia dele uma personalidade arrebatada pelos mais ferozes ressentimentos.
 - (B) a sensibilidade à flor da pele fazia com que ele se dedicasse plenamente ao culto dos mais altos ideais.
 - (C) as qualidades negativas deixavam em segundo plano as positivas, o que favorecia sua expressão romântica.
 - (D) os impulsos amorosos, idealistas e esperançosos conviviam com duras invectivas contra o que julgasse maligno.
 - (E) as intenções críticas mais contundentes acabavam sucumbindo ao lirismo e à índole mística de seu temperamento.
3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *é a velhice do mundo passada indefinidamente a limpo* (1º parágrafo) = é a humanidade velha imperando oportunamente sobre a nova.
 - (B) *Uma geração lega à outra um magma de erros e sabedoria* (1º parágrafo) = na alternância de deslizes e acertos, magnetizam-se as gerações.
 - (C) *uma irrisão dramática, um momento de culpas* (2º parágrafo) = um drama irrisório, um instante de remorsos.
 - (D) *a sinistra impressão de que as duas figuras são uma coisa só* (2º parágrafo) = a incrível sensação de que ambas as imagens são uma única.
 - (E) *atirava-se feroz contra o conformismo do clero* (3º parágrafo) = empenhava-se bravamente no combate à resignação da classe clerical.
4. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:
 - (A) Não parece ao autor do texto, que os mais jovens omitam experiências antigas, de sorte que as carregam nos valores aonde elas se embutem.
 - (B) Ao buscar entender os jovens – Paulo Mendes Campos, poeta e cronista, acredita que lhes caracteriza sobretudo o peso dos antecedentes.
 - (C) O cronista encontrou no poeta Shelley, uma espécie de paradigma da juventude, conquanto a representa tanto nos erros como nos acertos.
 - (D) O autor não postula a convicção de que os jovens sejam tão criativos, a ponto de se deixarem denegar das experiências mais antigas.
 - (E) O autor do texto – cronista e poeta dos bons – acredita que cada nova geração absorve as experiências das que a antecederam.



5. Há emprego de voz passiva e adequada correlação entre os tempos e modos verbais na frase:
- (A) Reconheçam-se na geração de hoje as experiências das gerações passadas, para que bem se compreenda a importância da transmissão dos valores.
 - (B) Não fossem as experiências dos mais velhos, cada geração haverá de contar apenas com suas intuições e sentimentos.
 - (C) Muitos jovens terão deixado de reconhecer a importância das experiências de outras gerações, mesmo que vierem a desfrutar delas.
 - (D) Ainda que muitos jovens acreditassem que nada os ligava às gerações passadas, não terão como deixar de reconhecer o respeito que lhes devem.
 - (E) Caso o comportamento de um jovem pareça monstruoso, pelo que guarda de paradoxal, é preciso considerar a força que o leva às indecisões.
-
6. O **verbo** indicado entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o elemento sublinhado na frase:
- (A) Ao jovem (**poder**) desagradar as imagens da velhice, que ele bem sabe que o aguardam, se a vida é longa.
 - (B) O autor valeu-se das imagens dos espelhos, símbolos capazes de figurar as duplicidades a que (**costumar**) render-se a personalidade humana.
 - (C) Nunca (**dever**) contar com nossa complacência os erros em que teimosamente persistimos, apesar de já identificados no passado.
 - (D) O autor não se (**deixar**) alimentar senão por convicções pessimistas, nas suas observações acerca da natureza humana.
 - (E) Não (**haver**) de faltar aos moços alguma desconfiança, ao menos quanto à importância das experiências passadas.
-

Atenção: Para responder às questões de números 7 a 12, baseie-se no texto abaixo.

Uma palavra sobre cultura e Constituição

Todas as Constituições brasileiras foram lacônicas e genéricas ao tratar das relações entre cultura e Estado. Não creio que se deve propriamente lamentar esse vazio nos textos da Lei Maior. Ao Estado cumpre realizar uma tarefa social de base cujo vetor é sempre a melhor distribuição da renda nacional. Na esfera dos bens simbólicos, esse objetivo se alcança, em primeiro e principal lugar, construindo o suporte de um sistema educacional sólido conjugado com um programa de apoio à pesquisa igualmente coeso e contínuo.

A sociedade brasileira não tem uma “cultura” já determinada. O Brasil é, ao mesmo tempo, um povo mestiço, com raízes indígenas, africanas, europeias e asiáticas, um país onde o ensino médio e universitário tem alcançado, em alguns setores, níveis internacionais de qualidade e um vasto território cruzado por uma rede de comunicações de massa portadora de uma indústria cultural cada vez mais presente.

O que se chama, portanto, de “cultura brasileira” nada tem de homogêneo ou de uniforme. A sua forma complexa e mutante resulta de interpenetrações da cultura erudita, da cultura popular e da cultura de massas. Se algum valor deve presidir à ação do Poder Público no trato com a “cultura”, este não será outro que o da liberdade e o do respeito pelas manifestações espirituais as mais diversas que se vêm gestando no cotidiano do nosso povo. Em face dessa corrente de experiências e de significados tão díspares, a nossa Lei Maior deveria abster-se de propor normas incisivas, que soariam estranhas, porque exteriores à dialética das “culturas” brasileiras. Ao contrário, um certo grau de indeterminação no estilo de seus artigos e parágrafos é, aqui, recomendável.

(Adaptado de: BOSI, Alfredo. **Entre a Literatura e a História**. São Paulo: Editora 34, 2013, p. 393-394)

7. A frase *Não creio que se deve propriamente lamentar esse vazio nos textos da Lei Maior* (1º parágrafo) é justificada pelo autor com base na sua convicção de que
- (A) o Poder Público não pode interferir em qualquer aspecto de uma cultura nacional, que deve ser espontânea e livre do alcance da Constituição.
 - (B) a sociedade brasileira, conquanto não seja homogênea, é suficientemente madura para formular as normas que devem reger sua cultura tradicional.
 - (C) a complexidade das culturas brasileiras não deve ser objeto de uma legislação que venha a abranger e determinar tão diversas manifestações.
 - (D) o Estado não pode permitir que seja lacunosa a legislação sobre matérias culturais, que deve ser rigorosa e o mais específica possível.
 - (E) a dinâmica das várias culturas existentes no país garante que não haja entre elas algum atrito que ponha em risco a impermeabilidade de cada uma.



8. Se na esfera socioeconômica cabe ao Estado propiciar uma melhor distribuição de renda, na esfera dos bens simbólicos um objetivo equivalente se alcança com
- (A) uma configuração coerente da meta educacional com o sistema financeiro.
 - (B) uma legislação escolar minuciosa com incentivos à pesquisa pura.
 - (C) um processo de integração mais coeso entre produção e consumo cultural.
 - (D) um sistema educacional voltado para a pesquisa de ponta e de longo prazo.
 - (E) um programa de educação consistente aliado à pesquisa sistemática.
-
9. Um mesmo posicionamento do autor está expresso e ratificado nestes dois segmentos:
- (A) *O que se chama, portanto, de “cultura brasileira” (3º parágrafo) / propor normas incisivas (3º parágrafo).*
 - (B) *Não creio que se deve propriamente lamentar esse vazio (1º parágrafo) / um certo grau de indeterminação [...] é [...] recomendável (3º parágrafo).*
 - (C) *Ao Estado cumpre realizar uma tarefa social de base (1º parágrafo) / resulta de interpenetrações da cultura erudita, da cultura popular e da cultura de massas (3º parágrafo).*
 - (D) *Constituições [...] foram lacônicas (1º parágrafo) / suporte de um sistema educacional sólido (1º parágrafo).*
 - (E) *algum valor deve presidir à ação do Poder Público (3º parágrafo) / exteriores à dialética das culturas brasileiras (3º parágrafo).*
-
10. *Ao contrário, um certo grau de indeterminação no estilo de seus artigos e parágrafos é, aqui, recomendável.*
- Numa nova redação, mantêm-se o sentido e a correção da frase acima iniciando-se por **É recomendável que** e seguindo-se com esta complementação:
- (A) ao contrário, seja aqui gradual e indeterminado o estilo de seus artigos e parágrafos.
 - (B) nesse sentido, o estilo de seus artigos e parágrafos se manifeste ao contrário de uma certa indeterminação.
 - (C) se dê o contrário, por aqui, cujos artigos e parágrafos tenham um estilo algo indeterminado.
 - (D) estilos e parágrafos, inversamente, sejam escamoteados por um certo grau de indeterminação.
 - (E) o estilo de seus artigos e parágrafos, pelo contrário, contemple aqui alguma indeterminação.
-
11. Observando-se a construção da frase *Não creio que se deve propriamente lamentar esse vazio nos textos da Lei Maior*, é correto afirmar que
- (A) a oração *Não creio* tem por sujeito a oração subsequente.
 - (B) no caso de substituição da forma *Não creio* por **Não é crível**, o sujeito manter-se-á o mesmo.
 - (C) os termos *nos textos* e *da Lei Maior* são complementos verbais.
 - (D) no caso de substituição de *Não creio* por **Não tenho a convicção**, a regência seguinte passará a ser nominal.
 - (E) uma forma da voz ativa equivalente a *que se deve propriamente lamentar* é **que deve ser propriamente lamentado**.
-
12. Está plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:
- (A) Ao comentar, em termos incisivos a relação entre cultura e Constituição o autor do texto, faz ver a partir de seguras ponderações, que o Estado tendo tarefas sociais de fundamental importância, não deve ainda assim determinar quais sejam, as diversas manifestações culturais em nosso país.
 - (B) Ao comentar, em termos incisivos, a relação entre cultura e Constituição, o autor do texto faz ver, a partir de seguras ponderações, que o Estado, tendo tarefas sociais de fundamental importância, não deve, ainda assim, determinar quais sejam as diversas manifestações culturais em nosso país.
 - (C) Ao comentar em termos incisivos, a relação entre cultura e Constituição, o autor do texto faz ver a partir de seguras ponderações, que o Estado tendo tarefas sociais de fundamental importância, não deve ainda assim determinar quais sejam, as diversas manifestações culturais em nosso país.
 - (D) Ao comentar em termos incisivos a relação, entre cultura e Constituição, o autor do texto faz ver, a partir de seguras ponderações que o Estado, tendo tarefas sociais, de fundamental importância, não deve ainda assim, determinar quais sejam as diversas manifestações culturais em nosso país.
 - (E) Ao comentar em termos incisivos, a relação entre cultura e Constituição o autor do texto faz ver, a partir de seguras ponderações que o Estado, tendo tarefas sociais de fundamental importância não deve, ainda assim, determinar quais sejam, as diversas manifestações culturais em nosso país.

**Direito Constitucional**

13. A fim de adequar a despesa com pessoal ativo e inativo ao limite estabelecido em lei complementar federal, o Governador de determinado Estado promoveu a redução em 30% das despesas com cargos em comissão e funções de confiança, além de ter exonerado servidores ocupantes de cargos efetivos há menos de 3 anos em exercício. Nessa hipótese, o Governador do Estado procedeu de modo
- (A) compatível com a Constituição Federal, fazendo, no entanto, os servidores que houverem perdido os cargos nas referidas condições jus à indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.
 - (B) compatível com a Constituição Federal, considerando-se extintos os cargos objeto de redução, vedada a criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou assemelhadas pelo prazo de quatro anos.
 - (C) incompatível com a Constituição Federal apenas no que se refere aos servidores ocupantes de cargo efetivo, que farão jus à reintegração ao serviço.
 - (D) incompatível com a Constituição Federal apenas em relação aos cargos em comissão e funções de confiança, por ter extrapolado o limite estipulado constitucionalmente, sendo ainda assegurada aos ocupantes de cargo efetivo indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.
 - (E) incompatível com a Constituição Federal, tanto em relação aos ocupantes de cargos em confiança, que fazem jus à indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço, quanto em relação aos ocupantes de cargo efetivo, que fazem jus à reintegração ao serviço.

14. Considere que, por meio de decisões judiciais, tenham sido determinadas as seguintes providências:

- I. Suspensão das atividades de associação de torcedores de agremiação esportiva cujos dirigentes estejam envolvidos na prática reiterada de atos ilícitos.
- II. Realização de busca e apreensão de aparelhos celulares e microcomputadores na casa de suspeito investigado pela prática de crime contra a vida.
- III. Intercepção das comunicações telefônicas de servidores públicos supostamente envolvidos na prática de atos de improbidade administrativa, para produção de provas no curso de processo administrativo disciplinar.

São compatíveis com a Constituição Federal APENAS as decisões judiciais referidas em

- (A) I, independentemente de trânsito em julgado; e II, vedado, neste caso, o cumprimento da determinação durante o período noturno.
 - (B) I, desde que se trate de decisão transitada em julgado; e III, autorizado o empréstimo de prova para instrução de eventual processo penal.
 - (C) II, autorizado o cumprimento da determinação a qualquer hora do dia ou da noite; e III, autorizado o empréstimo de prova para instrução de eventual processo penal.
 - (D) I, independentemente de trânsito em julgado; e III, vedado, neste caso, porém, o empréstimo de provas para outros fins.
 - (E) I, desde que se trate de decisão transitada em julgado; e II, autorizado o cumprimento da determinação a qualquer hora do dia ou da noite.
15. Ao término do primeiro ano de determinada legislatura, apurou-se que as Casas do Legislativo federal adotaram ou deliberaram, entre outras, sobre as seguintes medidas:
- I. Julgamento das contas anuais prestadas pelo Presidente da República.
 - II. Aprovação, após arguição pública, da escolha de Ministro do Tribunal de Contas da União indicado pelo Presidente da República.
 - III. Autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal.
 - IV. Extinção de Ministérios.
- À luz da Constituição Federal, são de competência do Congresso Nacional
- (A) o julgamento das contas do Presidente da República e, sujeita à sanção do Presidente da República, a autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal; as demais medidas são de competência da Câmara dos Deputados.
 - (B) o julgamento das contas do Presidente da República e, sujeita à sanção do Presidente da República, a extinção de Ministérios; as demais medidas são de competência do Senado Federal.
 - (C) a autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal e a extinção de Ministérios, sujeitas ambas à sanção do Presidente da República; as demais medidas são de competência do Senado Federal.
 - (D) a aprovação da escolha do Ministro do Tribunal de Contas da União e, sujeita à sanção do Presidente da República, a autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal; as demais medidas são de competência da Câmara dos Deputados.
 - (E) o julgamento das contas do Presidente da República, a aprovação da escolha de Ministro do Tribunal de Contas da União e, sujeita à sanção do Presidente da República, a autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal; a extinção de Ministérios não se insere dentre as competências das casas legislativas, sendo a deliberação respectiva incompatível com a Constituição Federal.



16. Suponha que o Tribunal de Contas do Distrito Federal apresente à Câmara Legislativa projeto de lei dispondo sobre aspectos relacionados à organização e ao funcionamento do próprio Tribunal de Contas. Aprovado por maioria de votos, presente à sessão deliberativa a maioria absoluta dos Deputados Distritais, o projeto é encaminhado para sanção do Governador do Distrito Federal que, no entanto, o veta integralmente, por contrariedade à Lei Orgânica.
- Nessa hipótese, à luz das regras de processo legislativo estabelecidas na Lei Orgânica do Distrito Federal, o veto do Governador é
- (A) cabível, uma vez que se trata de matéria de iniciativa exclusiva do Governador do Distrito Federal, ainda que possa ser veiculada por lei ordinária.
 - (B) cabível, uma vez que não foi atingido o quórum necessário para aprovação de lei ordinária, exigida para veicular a matéria, ainda que a iniciativa para sua propositura seja efetivamente do Tribunal de Contas do Distrito Federal.
 - (C) cabível, uma vez que se trata de matéria reservada à lei complementar, a ser aprovada pelo voto da maioria absoluta dos Deputados Distritais, ainda que a iniciativa para sua propositura seja efetivamente do Tribunal de Contas do Distrito Federal.
 - (D) cabível, uma vez que se trata de matéria inserida na competência do Governador para dispor, mediante decreto, sobre a organização e o funcionamento da administração do Distrito Federal.
 - (E) incabível, uma vez que foram observadas as regras referentes à iniciativa, à espécie legislativa e ao quórum de aprovação respectivo, previstas na Lei Orgânica do Distrito Federal.

17. Determinada Secretaria do Governo do Distrito Federal recebe pedidos de cidadãos residentes em Brasília de obtenção de acesso a informações sobre a fiscalização dos recursos públicos destinados, por meio da Pasta, a organizações não governamentais, bem como sobre a relação de cargos em comissão ocupados e vagos no referido órgão. Diante do que dispõe a Lei Distrital 4.990/2012, que regula o acesso a informações no Distrito Federal,
- (A) caberá aos interessados apresentar justificativa para o requerimento de informações referentes à relação de cargos em comissão, por se tratar de informações de caráter pessoalíssimo, cabendo, por outro lado, a administração informar, em prazo não superior a vinte dias, o local e o modo para se realizar a consulta aos dados referentes à fiscalização de recursos públicos destinados a organizações não governamentais.
 - (B) os requerimentos deverão ser respondidos no prazo máximo de trinta dias, sob pena de crime de responsabilidade do Secretário de Estado respectivo, devendo as respostas conter informações precisas e, quando necessário, ser respaldadas com relatórios, tabelas, quadros informativos e demais documentos afetos aos questionamentos.
 - (C) as informações referentes aos cargos em comissão devem ser disponibilizadas independentemente de requerimento, ao passo que as referentes ao repasse de recursos públicos a organizações não governamentais não poderá ser fornecida antes de 5 anos, por serem classificadas pela lei como reservadas, uma vez que podem pôr em risco a condução de negociações ou relações internacionais do País.
 - (D) trata-se de informações que devem ser divulgadas independentemente de requerimento, cabendo ao órgão da Administração utilizar, para sua divulgação, sítios oficiais na Rede Mundial de Computadores – Internet, devendo ser informados aos requerentes o lugar e a forma pela qual se pode consultar, obter ou reproduzir as informações requeridas, desonerando o órgão de seu fornecimento direto, salvo se os requerentes declararem não disporem de meios para a realização de tais procedimentos.
 - (E) os pedidos, para serem atendidos, devem conter a identificação do requerente, com a indicação de nome completo, do número de qualquer documento oficial e da informação de contato, ademais de ser facultado aos interessados a inclusão de endereço eletrônico para o recebimento das informações solicitadas, sendo vedado, no entanto, serem os requerimentos formulados por menor de idade.

Direito Administrativo

18. Um ente federado pretende desenvolver projeto para ampliação e conservação de sua malha rodoviária, com vistas a permitir o escoamento da produção de sua indústria, propiciando desenvolvimento econômico e social com benefícios à população. Poderá fazê-lo mediante
- (A) licitação para as obras de construção da rodovia, com base na Lei nº 8.666/1993, e, após a conclusão, outro certame sob o mesmo regime, para exploração dos serviços rodoviários mediante cobrança de tarifa.
 - (B) concessão de serviço público precedida de obra pública, com a obrigação de a concessionária realizar as obras de ampliação, ficando a manutenção e conservação por conta da Administração direta, que poderá instituir pedágio como sua forma de remuneração.
 - (C) poderá licitar a contratação sob qualquer das formas legalmente admitidas, desde que explore o serviço diretamente, vedada a terceirização.
 - (D) permissão de serviço público e obra pública, outorgando ao permissionário a titularidade do referido serviço e o dever de execução da obra necessária.
 - (E) licitação para contratação de uma concessão de serviço público precedida de obra pública, cabendo à concessionária realizar a obra viária e se remunerar mediante cobrança de tarifa e, a depender do edital e contrato, por meio de receitas acessórias.



19. Diversos mecanismos de controle da Administração pública são passíveis de serem utilizados, sejam eles internos ou externos à organização administrativa. Dentre as formas de exercício do controle interno da Administração, considerando o disposto na Lei nº 9.784/1999,
- (A) o recurso administrativo possibilita que os atos administrativos sejam revistos por razões de legalidade, sejam eles discricionários ou vinculados.
 - (B) o pedido de reconsideração é uma forma de submeter as decisões administrativas à instância superior para juízo revisional.
 - (C) o recurso hierárquico é a mais efetiva, porque enseja análise por autoridade superior, diferentemente dos demais recursos.
 - (D) a revisão de ofício só pode ter lugar nos atos discricionários, eis que admitem mais de um exame de conveniência e oportunidade.
 - (E) a interposição de recurso impede o exercício do juízo de reconsideração pela autoridade que proferiu o ato, sendo imperiosa a submissão à autoridade superior.
-
20. A Administração pública de determinado ente federado celebrou regularmente, com base na Lei nº 8.666/1993, contrato de prestação de serviços de manutenção em informática, para as máquinas de marcas e modelos previamente indicados, instaladas nas repartições indicadas. Nessa hipótese,
- (A) a contratação pode ter se dado mediante inexigibilidade de licitação, tendo em vista que a natureza dos serviços contratados inviabiliza a instauração de competição entre potenciais interessados.
 - (B) houve irregularidade na licitação, sendo vedada a indicação de marca e modelo dos bens objetos da contratação, sob pena de ofensa ao princípio da isonomia.
 - (C) o ajuste pode ter sido firmado mediante dispensa de licitação, pois a contratação de serviços de informática é uma das hipóteses legais de dispensa de licitação.
 - (D) pode ter sido realizada licitação na modalidade concorrência para a contratação dos serviços, estes que por serem executados de forma contínua poderão ter o contrato prorrogado sucessivamente, por iguais períodos, não ultrapassando sessenta meses.
 - (E) a contratação foi precedida de concorrência, por se tratar de hipótese que expressamente exige tal modalidade licitatória, aplicando-se ao contrato a limitação temporal da vigência do crédito orçamentário.
-
21. Em contrato de construção de uma unidade prisional regido pela Lei nº 8.666/1993 assistem às partes, Administração pública e contratada, direitos e obrigações pertinentes ao objeto da avença, tais como:
- (A) à Administração pública é autorizada a edição de atos unilaterais que produzam efeitos na execução contratual, bem como na relação contratual com os funcionários e prestadores de serviço da contratada, como expressão de seu poder hierárquico.
 - (B) à contratada é facultado suspender a execução do contrato diante do descumprimento, pela Administração pública, de qualquer cláusula contratual, desde que a mora seja superior a 60 dias.
 - (C) a incidência do poder de polícia administrativo para autorizar a limitação de direitos contratualmente assegurados, prescindindo, nesse caso, de indenização, em razão da excepcionalidade das medidas.
 - (D) a possibilidade da contratada recusar alterações contratuais quantitativas que impliquem supressão do objeto superior a 25% do valor do contrato.
 - (E) a incidência do poder disciplinar sobre as relações contratuais, permitindo que a Administração pública imponha alterações contratuais quantitativas e qualitativas, majorando ou suprimindo o objeto em até 50% de seu valor, preservado seu o equilíbrio econômico financeiro.
-

Processo Legislativo

22. A Lei Complementar nº 13, de 3 de setembro de 1996, disciplina a redação, alteração e consolidação das leis no Distrito Federal. A respeito da articulação das leis, dispõe que
- (A) o número é a unidade de articulação que complementa o sentido oracional da alínea e, como unidade complementar de articulação, é sempre dependente da alínea.
 - (B) o parágrafo é a unidade complementar de articulação que expressa os pormenores necessários à apreensão do sentido do artigo ou as circunstâncias que ampliem ou restrinjam sua intenção, podendo o parágrafo subsistir sem a presença do *caput* do artigo em caso de veto parcial.
 - (C) havendo apenas um inciso, será ele designado pela expressão "Inciso único", seguida de ponto, e, havendo mais de um, serão eles numerados em algarismo romano, seguido de travessão.
 - (D) a alínea é a unidade de articulação que complementa o sentido oracional do parágrafo, e é indicada por letra minúscula, seguida do sinal ")".
 - (E) o sentido oracional do parágrafo deve ser completo, não podendo ser complementado por outras unidades de articulação.



23. No âmbito do Distrito Federal, durante a tramitação de projeto de lei,
- (A) poderão ser apresentadas emendas aglutinativas, substitutivas e modificativas, mas não são admitidas emendas supressivas.
 - (B) a proposição de emendas compete exclusivamente aos membros da Câmara Legislativa, conforme dispuser seu Regimento Interno.
 - (C) o *quorum* é a exigência de número mínimo de Deputados Distritais, presentes à sessão da Câmara Legislativa para discussão ou deliberação das matérias objeto de lei.
 - (D) a sanção ou veto apresentados pelo Governador em relação a projeto de lei podem ser retratados, desde que dentro do prazo de 15 dias úteis do qual dispõe o Governador para sanção ou veto.
 - (E) o projeto de lei será aprovado ainda que o número de abstenções ou votos em branco for igual ou superior ao número de votos favoráveis.
24. A respeito das emendas à Lei Orgânica do Distrito Federal, considere as seguintes afirmações:
- I. A proposta de emenda será discutida e votada em dois turnos e considerada aprovada se obtiver, em ambos, o voto favorável de dois terços dos membros da Câmara Legislativa.
 - II. A emenda à Lei Orgânica será promulgada pelo Governador do Distrito Federal, com o respectivo número de ordem.
 - III. A Lei Orgânica não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, estado de defesa, estado de sítio e estado de calamidade pública.
 - IV. A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II e III.
 - (B) II e III.
 - (C) II e IV.
 - (D) I e IV.
 - (E) I, III e IV.
25. O Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal dispõe, a respeito das proposições, o que se afirma em:
- (A) Uma vez apresentadas, só poderão ser retiradas a requerimento da maioria absoluta dos membros da Câmara Legislativa.
 - (B) São automaticamente arquivadas, caso se encontrem em tramitação, há três legislaturas.
 - (C) Se houver mais de um subscritor, a autoria da proposição é de todos que a subscreverem, ou do primeiro signatário, se as demais assinaturas forem de simples apoio.
 - (D) Os projetos de lei complementar, de lei, de resolução e de decreto legislativo destinam-se a dispor sobre matérias para as quais se exige a sanção do Governador.
 - (E) Compete a qualquer membro da Câmara Legislativa a autoria de requerimento de convocação de sessão legislativa extraordinária, em caso de urgência ou interesse público relevante.
26. A respeito da discussão e da votação, nos termos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, é correto afirmar:
- (A) A proposição com discussão encerrada na legislatura anterior não pode ter a discussão reaberta para receber novas emendas.
 - (B) O Deputado Distrital que usar a palavra na discussão não pode desviar-se da questão em debate.
 - (C) As deliberações da Câmara Legislativa serão tomadas pelo voto favorável da maioria absoluta de seus membros, salvo disposição em contrário do Regimento Interno ou da Lei Orgânica do Distrito Federal.
 - (D) Não é admitido o processo simbólico de votação.
 - (E) Em caso de empate nas votações ostensivas, deve ser realizada uma nova votação, até que se dê o desempate.

Realidade do Distrito Federal

27. De acordo com seu sistema tributário, ao Distrito Federal compete
- (A) estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou de bens por meio de impostos.
 - (B) instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, em conformidade com suas respectivas ocupações profissionais.
 - (C) cobrar impostos sobre patrimônio, renda ou serviços da União, estados e municípios, nos termos da Constituição.
 - (D) utilizar impostos e taxas com efeito de confisco, conforme dispõe o Código Civil.
 - (E) aplicar os impostos reservados aos estados e municípios cumulativamente, nos termos da Constituição.
28. No *Mapa das unidades hidrográficas do Distrito Federal*, elaborado em 1994 pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal, estão definidas três grandes bacias hidrográficas de referência – Paraná, São Francisco e Tocantins/Araguaia –, subdivididas em outras sete, considerando os seus principais rios. Pertencem à do Paraná, pelo mapa, as bacias
- (A) dos rios São Bartolomeu, Descoberto e Corumbá.
 - (B) do Lago Paranoá e dos rios Preto e São Marcos.
 - (C) dos rios São Bartolomeu, São Marcos e Maranhão.
 - (D) dos rios Corumbá, Preto e Descoberto.
 - (E) dos rios Descoberto, Maranhão e São Bartolomeu.



Língua Estrangeira: Inglês

Instrução: Responda às questões de números 29 e 30 abaixo SOMENTE se sua opção, na inscrição, foi por **LÍNGUA ESTRANGEIRA: INGLÊS**.

Atenção: Considere a figura e o texto a seguir, para responder às questões de números 29 e 30.

S.3036 - Keep Families Together Act

115th Congress (2017-2018)

BILL Hide Overview ✕

Sponsor: [Sen. Feinstein, Dianne \[D-CA\]](#) (Introduced 06/07/2018)

Committees: Senate - Judiciary

Latest Action: Senate - 06/07/2018 Read twice and referred to the Committee on the Judiciary. ([All Actions](#))

Tracker:

Introduced

Passed Senate

Passed House

To President

Became Law

Keep Families Together Act

This bill prohibits an agent or contractor of the Department of Homeland Security, the Department of Justice, or the Department of Health and Human Services from removing a child who is under the age of 18 and has no permanent immigration status from his or her parent or legal guardian at or near the port of entry or within 100 miles of the U.S. border unless:

- an authorized state court determines that it is in the child's best interests to be removed;*
- a state or county child welfare official with expertise in child trauma and development determines that it is in the child's best interests to be removed because of abuse or neglect; or*
- the Chief Patrol Agent or the Area Port Director authorizes separation based on a documented finding that the child is a trafficking victim or is at significant risk of becoming a victim, a strong likelihood exists that the adult is not the parent or legal guardian, or the child is in danger of abuse or neglect.*

An agency may not remove a child from a parent or legal guardian solely for the policy goals of deterring migration to the United States or of promoting immigration law compliance.

The bill sets forth presumptions: (1) in favor of family and sibling unity and parental rights, and (2) that detention is not in the best interests of families and children.

The Government Accountability Office shall conduct a study of the prosecution of asylum seekers.

(Adapted from: <https://www.congress.gov/bill/115th-congress/senate-bill/3036>)

29. O projeto de lei de que trata o texto

- (A) foi aprovado pelo Senado em junho de 2018.
- (B) foi encaminhado ao Comitê do Judiciário em junho de 2018.
- (C) foi apresentado por uma senadora republicana.
- (D) visa diminuir o fluxo migratório para os Estados Unidos.
- (E) objetiva reforçar o controle nas fronteiras dos Estados Unidos.

30. De acordo com o projeto de lei apresentado,

- (A) a detenção pode ser a melhor solução no caso de crianças suspeitas de serem vítimas de tráfico.
- (B) os direitos dos pais e a união familiar devem prevalecer em qualquer circunstância.
- (C) nenhum indivíduo menor de idade deve ser separado de seus pais, mesmo sob suspeita de que o adulto acompanhante não seja seu genitor.
- (D) abuso ou negligência por parte dos pais configura situação que justifica a criança ser separada deles.
- (E) uma criança só pode ser separada dos pais em caso de violação da lei da imigração.

**Língua Estrangeira: Espanhol**

Instrução: Responda às questões de números 29 e 30 abaixo SOMENTE se sua opção, na inscrição, foi **LÍNGUA ESTRANGEIRA: ESPANHOL**.

Atenção: Considere a figura e o texto a seguir, para responder às questões de números 29 e 30.

COMISIONES UNIDAS DE TRABAJO Y HACIENDA INICIARON DEBATE DE REAJUSTE A INGRESO MÍNIMO MENSUAL

Publicado el 07 de agosto del 2018



La iniciativa que aumenta de \$276.000 a \$283.500 el monto del ingreso mínimo mensual espera ser votada en la jornada de este miércoles 8 de agosto para, posteriormente, ser analizada en la sesión de Sala del lunes 13 de agosto.

Según explicita el Gobierno en el mensaje -dado a conocer en la Cuenta de la Sala de la Cámara esta mañana-, se buscó dar certidumbre a trabajadores y empleadores respecto a un parámetro tan relevante como el ingreso mínimo, razón por la cual se sugiere un reajuste plurianual.

El análisis partió con la exposición del ministro de Hacienda, Felipe Larraín, quien entregó antecedentes sobre los beneficios y potenciales costos de esta implementación. Su exposición fue luego complementada por la intervención del ministro del Trabajo, Nicolás Monckeberg, quien consideró favorable la posibilidad de avanzar hacia un sistema plurianual.

El ministro Gonzalo Blumel también intervino a su vez y remarcó ante la concurrida audiencia que la propuesta del Gobierno "no es antojadiza".

Ante el grupo parlamentario y el Ejecutivo, Bárbara Figueroa, presidenta de la CUT, mantuvo su oposición a la propuesta del Gobierno y remarcó que el tema no solo implica un asunto de "cifras", sino que de una realidad que afecta a un grupo importante de trabajadores para los cuales este ingreso termina siendo insuficiente.

Durante el debate, los parlamentarios expresaron variadas opiniones sobre la iniciativa en trámite, marcándose en general un apoyo de parte del oficialismo a la política del Gobierno, aunque con algunas observaciones; mientras que la oposición se expresó contraria a la propuesta.

Para el diputado Patricio Melero (UDI), que integra tanto la comisión de Hacienda como la de Trabajo, la plurianualidad permitirá una economía más planificada.

En tanto, el diputado Manuel Monsalve (PS) llamó al gobierno a ser claro con las políticas de salario mínimo.

El proyecto de reajuste del ingreso mínimo mensual continuará su debate este miércoles 8 de agosto y espera ser votado en Sala el lunes 13 de agosto.

(Disponível em: https://www.camara.cl/prensa/noticias_detalle.aspx?prmId=134799)

29. En el siguiente fragmento del texto: "El ministro Gonzalo Blumel también intervino a su vez y remarcó ante la concurrida audiencia que la propuesta del Gobierno "no es antojadiza".", la expresión "no es antojadiza" puede ser sustituida por:

- (A) "no es partidaria"
- (B) "no es caprichosa"
- (C) "no es molesta"
- (D) "no es antagónica"
- (E) "no es intolerante"

30. Según el texto podemos afirmar que:

- (A) El proyecto presentado que se refiere al monto del ingreso mínimo mensual tuvo una amplia aceptación por todos los representantes que acudieron al debate menos por la oposición, el ministro de Hacienda y el ministro del Trabajo.
- (B) El proyecto presentado que se refiere al monto del ingreso mínimo mensual tuvo una amplia aceptación por todos los representantes que acudieron al debate menos por el ministro Gonzalo Blumel, el ministro del Trabajo y la presidenta de la Central Unitaria de Trabajadores.
- (C) El proyecto presentado que se refiere al monto del ingreso mínimo mensual tuvo una amplia aceptación por todos los representantes que acudieron al debate menos por la presidenta de la Central Unitaria de Trabajadores, el ministro de Hacienda y el diputado Patricio Melero.
- (D) El proyecto presentado que se refiere al monto del ingreso mínimo mensual tuvo una amplia aceptación por todos los representantes que acudieron al debate menos por la presidenta de la Central Unitaria de Trabajadores, la oposición y el diputado Manuel Monsalve.
- (E) El proyecto presentado que se refiere al monto del ingreso mínimo mensual tuvo una amplia aceptación por todos los representantes que acudieron al debate menos por el ministro Gonzalo Blumel, la presidenta de la Central Unitaria de Trabajadores y el diputado Manuel Monsalve.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. Em termos de sistema normativo e de garantias do direito social à educação escolar, é correto afirmar que a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)
- (A) é uma decorrência histórica do regime de colaboração que há entre os sistemas de ensino da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, desde 1930.
 - (B) é uma referência obrigatória da educação, que precede da Constituição Federal de 1988, mais especificamente do art. 22, inciso XXIV, que estabelece a competência exclusiva da União no campo legislativo.
 - (C) acomodou interesses político-ideológicos de projetos de lei que tramitaram no parlamento brasileiro nos anos de 1990: um da Câmara dos Deputados, mais analítico; o outro do Senado, mais sintético.
 - (D) não sofreu ingerências do governo federal dos anos de 1990, relativamente a maior ou menor intervenção do Estado na educação nacional; ela é expressão das lutas políticas havidas entre identidades coletivas da sociedade civil e o Parlamento brasileiro.
 - (E) decorre do art. 214, da Constituição Federal que estabelece o sistema nacional de educação, como forma de garantir o desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis.

32. Segundo Carlos R. Jamil Cury, *“um ponto a ser destacado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) é a maior consciência e presença do direito à educação infantil e o direito à diferença como os relativos às fases da vida, às pessoas com deficiência, às populações indígenas e negras”*, e as inseridas no diversificado universo rural brasileiro, pois

- I. a educação infantil, recobrando a creche e a pré-escola, tornou-se uma das etapas da educação básica.
- II. a educação infantil, na sua integralidade, foi institucionalizada como obrigatória e um direito subjetivo.
- III. tanto a educação infantil como o direito à diferença foram contemplados como modalidades de ensino, na estrutura da educação básica.
- IV. o direito à diferença e dos diferentes foi contemplado por distintas modalidades de educação.
- V. a educação infantil foi incorporada à educação básica como uma modalidade de ensino e o direito à diferença tornou-se obrigatório a partir de uma incidência transversal nos níveis de educação estabelecidos.
- VI. o reconhecimento do direito à diferença abriu espaço para a construção de novas representações normativas sobre os diferentes e suas identidades individuais e coletivas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
 - (B) II, IV e V.
 - (C) III e V.
 - (D) I, IV e VI.
 - (E) II.
33. De acordo com o Artigo 5º, da LDB, *“O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigí-lo.”* A noção de direito público subjetivo pode ser compreendida como sendo
- (A) mecanismo ou remédio jurídico que torna efetivo os direitos sociais e as liberdades individuais.
 - (B) os direitos individuais e coletivos que derivam do arcabouço do direito objetivo e racional.
 - (C) dispositivo jurídico que estabelece a primazia das liberdades individuais e dos direitos objetivos de uma personalidade diante do Estado.
 - (D) garantia de direitos de cidadania que precedem a quaisquer outros direitos, estando acima inclusive dos direitos humanos.
 - (E) um instrumento jurídico de controle da atuação do poder estatal, que permite ao seu titular constranger judicialmente o Estado a executar o que deve.



34. Ao compreender que a LDB (Lei nº 9.394/1996) apresenta uma “direção geral a seguir” na educação básica, temos que esta norma assegura aos sistemas de ensino da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios uma autonomia relativa para que possam organizar aquele nível de educação por meio
- (A) de séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios.
 - (B) do estabelecimento da carga horária mínima anual para a educação infantil, os ensinos fundamental e ensino médio em função das particularidades econômicas e socioculturais regionais e locais.
 - (C) da adoção de medidas que garantam as funções reparadora e equalizadora da escolarização pelo oferecimento de cursos presenciais, semipresenciais, exames e de educação à distância.
 - (D) do enquadramento das instituições escolares em públicas e privadas – particulares e comunitárias, confessionais e filantrópicas.
 - (E) do oferecimento da educação regular, profissional e tecnológica, de modo a garantir nas diferentes etapas e modalidades de ensino, as dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

35. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC-2017) adota como paradigma de **educação integral** para educação básica aquela
- (A) em que o sujeito-educando situa-se no centro das indagações e preocupações educativas. Além disso, compreendido em sua totalidade, como um ser integral, o homem é apreendido a partir de faculdades cognitivas, afetivas, corporais e espirituais. Assim, apreendido em sua multidimensionalidade, o educando deve responder a uma multiplicidade de exigências do próprio indivíduo e do contexto em que vive.
 - (B) que dá centralidade à formação e ao desenvolvimento humano global, compreendendo a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Aquela que considera que a criança, o adolescente, o jovem e adulto são sujeitos de aprendizagem; e que a escola deve se fortalecer na prática coercitiva de não-discriminação, não-preconceito e respeito às diferenças e diversidades.
 - (C) que investe na integralidade da pessoa humana, abarcando a intersecção dos aspectos biológico-corporais, do movimento humano, da sociabilidade, da cognição, do afeto, da moralidade, em um contexto tempo-espacial. Uma educação que visa à formação e ao desenvolvimento humano global e não apenas ao acúmulo informacional.
 - (D) que não restringe o conceito de humano ao seu corpo, incluindo aquilo que o homem faz, aquilo que ele produz, como ele faz história, como produz a sua vida, como se faz sujeito. Uma educação que, admitindo o homem como sujeito, considera o que ele produz várias coisas, não apenas conhecimentos e informações, mas também valores, filosofia, ciência, arte, direito, ou seja, ele é produtor de história e cultura.
 - (E) que considera efetivamente a articulação da educação intelectual com a atividade criadora, em suas mais variadas expressões, leva em conta a vida social-comunitária da escola, a autonomia dos alunos e professores, a formação global da criança, adolescentes, jovens e adultos.

36. *Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento.*

(BRASIL, BNCC, 2017, p. 8)

A BNCC define competência como sendo:

- (A) Uma característica subjacente a uma pessoa que é casualmente relacionada com desempenho superior na realização de uma tarefa ou empreendimento em determinada situação.
- (B) Qualidade ou estado de ser funcionalmente adequado ou ter suficiente conhecimento, julgamento, habilidades ou força para uma determinada tarefa, em determinado contexto espaço-temporal.
- (C) A mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.
- (D) O conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes, que legitimam um desempenho satisfatório, porque fundamenta-se na inteligência, na personalidade das pessoas e na experiência social.
- (E) O saber agir com responsabilidade, legitimado pelos pares, e que implica a capacidade de mobilizar, integrar e comunicar os conhecimentos, recursos e habilidades em espaço-tempo específico.



37. A noção de plano, tal como disposto pela Lei nº 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação é:
- (A) *produto de decisão política, e também uma peça técnica que passa a ser a referência para a ação pública, isto é, um meio que instrumentaliza um processo, garantindo a coerência entre meios e fins.*
 - (B) *um processo contínuo, que engloba operações interdependentes e está sujeito a revisões e modificações, uma vez que as condições de sua elaboração podem ser alteradas, obstáculos revelados e interpretações modificadas.*
 - (C) *um conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos. (...) São outputs, resultantes da atividade política, compreendendo o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores.*
 - (D) *uma escolha dentre um leque de alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando – em maior ou menor grau – uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis (Maria das Graças Rua).*
 - (E) *um conjunto articulado de decisões, visando fins previamente estabelecidos a serem atingidos através de práticas globalmente programadas e encadeadas de forma coerente. Dispositivo que apresenta clareza de propósitos, hierarquia quanto aos fins, e programas definidos no sentido de atingi-los.*

38. De acordo com o PNUD, em 2016, esperava-se que a população brasileira acima de 15 anos tivesse 15,2 anos de estudos, todavia, a média constatada foi de 7,8 anos de escolaridade; ademais, entre o contingente populacional de 25 anos ou mais apenas 57,5% contava com algum tipo de educação secundária.

(PNUD. Informe sobre Desarrollo Humano 2016: desarrollo humano para todas las personas. Disponível em: <http://hdr.undp.org>)

Tais dados justificam as Metas 8 e 11 do PNE e as suas estratégias, que foram assim definidas, respectivamente:

- (A) *elevação da escolaridade média da população de 18 e 29 anos, de modo a alcançar, no mínimo, doze anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos vinte e cinco por cento mais pobres; triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos cinquenta por cento da expansão no segmento público.*
 - (B) *oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, vinte e cinco por cento dos(as) alunos(as) da educação básica; universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para oitenta e cinco por cento.*
 - (C) *eleva a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 e 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público; fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb.*
 - (D) *universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE; triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos cinquenta por cento da expansão no segmento público.*
 - (E) *oferecer, no mínimo, vinte e cinco por cento das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional; melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb/2021: 5,5 para os finais do ensino fundamental, e 5,2 para o ensino médio.*
39. É correto afirmar que no tratamento acadêmico da aprendizagem organizacional tem centralidade as seguintes categorias analíticas:
- (A) *global-local-global, ação social, racionalidade, burocracia, aprender-mudar-aprender.*
 - (B) *mundialização, mobilidade espacial, lógica concorrencial, redes sociais/de ambientes, personagem social.*
 - (C) *teoria do conhecimento, clusters de colaboradores, trabalho-emprego, competência, autonomia.*
 - (D) *global-local, teoria do conhecimento, capital humano, circularidade, competência.*
 - (E) *globalização, economia do conhecimento, integração, mudança, competição e inovação.*

40. De acordo com a literatura acadêmica, há “*quatro fatores contextuais no processo de aprendizagem*” e “*esses quatro fatores estabelecem com a aprendizagem organizacional uma relação circular, posto que, de uma só vez, eles criam a aprendizagem, são criados por ela e também a reforçam*”.

(FIOL; LYLES, 1985, p. 804, apud AMORIM; FISCHER, 2009, p. 108)

São eles:

- (A) *cognição individual, aprendizagem situada, gerenciamento do conhecimento, melhoria contínua.*
- (B) *cultura, estratégia, estrutura e ambiente.*
- (C) *redes de cognição, sistemas, processo, esquecimento.*
- (D) *aprendizado, desaprendizado, reaprendizado, aprendizagem planejada.*
- (E) *gestão estratégica, organização de aprendizagem, contribuição descritiva, contribuição prescritiva.*



41. *“Nicolini e Mezner (1995) opinam que a aprendizagem organizacional só pode ser entendida se considerada como processo contínuo de mudanças da estrutura cognitiva da organização. Conforme os autores, a aprendizagem organizacional é um processo social no qual as organizações constroem suas identidades através das mudanças que operam, moldando a si próprias. Dar forma à organização através da construção social da aprendizagem demonstra a sua intenção de controlar o comportamento futuro, tendo como referência o seu passado (NICOLINI; MEZNAR, 1995). (...) Esses autores incluem a aprendizagem organizacional na perspectiva da construção social da realidade conforme definido por Berger e Luckmann (2004) na sociologia do conhecimento. Para Berger e Luckmann, observar o passado significa inquirir sobre os hábitos da organização, verificar em que termos eles se consolidam – ou, nos termos desses autores, se institucionalizam - e então tornam-se reconhecíveis. A institucionalização ocorre a partir do momento em que os atores estabelecem reciprocamente uma tipificação de seus hábitos (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 79). No interior da organização, isso significa reconhecer a si, ao outro e ao que ambos fazem em comum, e checar se aconteceram alterações nestes três pontos, em um processo social dinâmico.”*

Ao compreenderem a aprendizagem organizacional a partir de contribuições da sociologia do conhecimento formulada por Peter Berger e Thomas Luckmann, os autores postulam a ideia de que aquele tipo de aprendizagem é do campo

- (A) neoinstitucionalista.
- (B) reprodutivista.
- (C) etnomedológico.
- (D) do interacionismo simbólico.
- (E) das representações sociais.

42. *A fonte de maior valor na educação do adulto é a experiência do aprendiz.* O sentido da experiência na andragogia indica seu fundamento no pensamento de John Dewey:

- (A) Defensor de uma escola comprometida com o engajamento do aluno na vida democrática, e uma atuação do professor visando proporcionar a conexão entre os interesses dos alunos, e associar as disciplinas escolares com as experiências que são acompanhadas da investigação reflexiva (...).
- (B) Estimulador incansável da pedagogia experimental voltada às experiências das crianças, por meio da observação contínua em todas as fases do desenvolvimento intelectual e afetivo, visando identificar os elementos determinantes da construção do pensamento conceitual, analítico e estrutural.
- (C) Criador do método auto diretivo, onde a genuína educação é direcionada pela experiência do aluno uma vez que o fazer determina a forma de pensar; nessa relação permanente se dá o desenvolvimento mental como condição para a criança vir a ser um adulto produtivo (...)
- (D) Pesquisador que conceituou a andragogia com base na sociologia, filosofia e técnicas da educação de adultos, a partir da observação das estruturas internas cerebrais do adulto que levam a compreender o desenvolvimento de estruturas cognitivas.
- (E) Professor estadunidense que estudou as relações afetivas entre os seres humanos, a partir das experiências dos alunos na escola, associando-as aos ambiente natural e social na fase do crescimento biológico e do desenvolvimento intelectual.

43. Dentre as várias definições de Andragogia, pode-se encontrar destacados os seguintes aspectos centrais:

- I A aprendizagem do educando adulto se dá de forma diferenciada à da criança.
- II. Valorização dos processos de aprendizagem formais e informais do educando.
- III. Reconhecimento da história de vida dos educandos adultos e dos conhecimentos acumulados por eles.
- IV. Utilização de métodos de ensino análogos aos da criança.
- V. Menor capacidade de abstração do adulto em relação às crianças, pois apresentam ritmo mais lento de aprendizagem.
- VI. Elevada capacidade de compreensão em relação a um determinado saber, pois a idade representa um número maior de encontros com os conhecimentos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, III e IV.
- (B) I, III e V.
- (C) II, IV e V.
- (D) II, III, IV e V.
- (E) I, II e III.



44. Considere as ideias a seguir.

- I. Para Vygotsky, o sujeito é ativo e interativo, pois constrói conhecimento e constitui-se por meio das relações interpessoais. É na troca com outros sujeitos e consigo mesmo que seus conhecimentos, papéis e funções sociais vão sendo internalizados, possibilitando a construção de novos conhecimentos e o desenvolvimento da personalidade e da consciência.
- II. Paulo Freire compreende o ser humano como um ser histórico, social, inconcluso, capaz de ter não apenas sua atividade, mas a si mesmo como objeto de consciência. Na condição de estar sendo, o ser humano compara, valoriza, intervém, escolhe, decide, fazendo-se ser ético.

Essas perspectivas levam a compreender os jovens e adultos escolarizados como sujeitos históricos, sociais e culturais. As afirmativas estão

- (A) incorretas, porque são as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) que permitem a transferência do conhecimento verdadeiro pelo professor ao aluno.
- (B) corretas, porque como responsável pela construção do conhecimento, o aluno precisa pesquisar qual conhecimento é relevante para sua formação e definir seu percurso formativo.
- (C) corretas, porque compreendem que o aprendiz é dotado de conhecimentos e experiências acumulados ao longo da vida, e que necessitam da intervenção de instituições culturais capazes de desencadear o desenvolvimento de suas potencialidades.
- (D) incorretas, porque é o professor quem tem discernimento em relação às experiências válidas e aos conteúdos que são necessários ao pleno desenvolvimento do aluno para que este conquiste sua cidadania.
- (E) incorretas, pois são as diversas forças econômicas, políticas e culturais que levam à definição dos objetivos e métodos de ensino que efetivamente permitem o desenvolvimento de um aluno reflexivo e consciente de seus deveres junto à sociedade.

45. *A ênfase recai sobre a medida do produto observável, valoriza-se os testes padronizados, provas ditas objetivas, de múltipla escolha, onde os alunos são avaliados em momentos específicos, com rituais e labores especiais [...]. Essa abordagem quantitativa defende a crença na objetividade da avaliação, preocupando-se por isso mesmo em tratar estatisticamente os dados, em determinar meio e instrumentos precisos, objetivos e confiáveis.*

Nesse contexto, a ênfase maior recai nos

- (A) objetivos educacionais definidos na taxonomia de Bloom, tendo em vista um sistema de ensino coerente com os objetivos prescritivos do plano do curso.
- (B) aspectos qualitativos acima dos quantitativos, devendo a avaliação ser contínua e cumulativa do desempenho do aluno.
- (C) conhecimentos prévios dos alunos, dada a necessidade de mensurar as mudanças de comportamento do aluno diante da obtenção do conhecimento.
- (D) produtos do ensino, não existindo preocupação com o processo em si, mas sim com o grau em que se alcançou o objetivo previamente definido.
- (E) testes e medidas de cunho instrumental, levando-se em consideração as diferenças de interesse e necessidades dos participantes de um curso.

46. *Em uma abordagem crítica da avaliação de aprendizagem, afirma-se que a escola pratica mais exames que avaliação. Numa prática de exame, espera-se que o estudante manifeste aquilo que já aprendeu; vale somente o que ele conseguiu assimilar e expressar até o momento presente, como desempenho resultante de sua dedicação aos estudos no tempo anterior àquele em que se submete às provas.*

Diversamente, o ato de avaliar tem como função principal

- (A) permitir que o aluno obtenha uma aprendizagem significativa, por meio da averiguação dos conhecimentos obtidos no final do curso, desconsiderando eventuais descompassos de rendimento escolar durante o ano letivo.
- (B) selecionar e classificar o estudante que apresentar melhor desempenho, valendo-se do diagnóstico permanente para aferir os conhecimentos obtidos durante o curso.
- (C) identificar os conhecimentos não científicos utilizados pelos estudantes para poder endereçá-los de forma eficiente e precisa ao nível que melhor se adequam.
- (D) investigar a qualidade do desempenho dos estudantes, tendo em vista uma intervenção para a melhoria dos resultados; desta maneira, a avaliação é diagnóstica: indica a necessidade de intervenção e de reorientação.
- (E) obter dados sobre o desempenho final dos estudantes, a partir de diagnóstico que mensure a quantidade e a qualidade dos conhecimentos devidamente apreendidos.



47. O sentido sociopolítico-pedagógico que Paulo Freire atribui à educação possui um fim: o reconhecimento da condição histórica do sujeito e de seu grupo, visando à libertação das amarras que determinam sua opressão. Tal emancipação, entretanto, somente ocorreria com homens e mulheres ativos, plenos de suas consciências e esperançosos da capacidade de intervenção no mundo.
- Pensar na educação a distância NÃO como educação bancária, mas como instrumento de libertação na concepção freireana implica em
- (A) propor a superação dos saberes baseados na mera vivência através do conhecimento técnico e teórico.
 - (B) entender o aluno como agente do processo pedagógico, promover o diálogo entre educandos e desenvolver o espírito crítico reflexivo sobre sua vida.
 - (C) promover a formação do educando de forma a desenvolver sua empregabilidade e espírito empreendedor.
 - (D) desenvolver a interatividade através de sadia concorrência que estimule a criatividade imprescindível ao mercado.
 - (E) entender o educador como meramente facilitador de um processo em que a principal responsabilidade está nas mãos do educando.
-
48. A Rede Nacional de Escolas de Governo tem por objetivo
- (A) oferecer educação básica e de nível superior para a promoção da formação dos novos quadros de governo desde o início da escolarização.
 - (B) aumentar a eficácia das instituições que trabalham com formação e aperfeiçoamento profissional dos servidores públicos dos três níveis de governo.
 - (C) ensinar a teoria e a prática de governo nas repúblicas democráticas em todas as esferas de poder, com base em uma gestão eficiente.
 - (D) promover treinamento em serviço para os ocupantes de cargos públicos envolvidos em *staffs* superiores da administração.
 - (E) ensinar boas práticas de governo a serem replicadas por meio do uso de procedimentos padrão da *International Organization for Standardization*.
-
49. As Escolas de Governo
- (A) estão previstas na Constituição Federal, tendo como objetivo a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos.
 - (B) oferecem educação básica e de nível superior para a promoção da formação dos novos quadros de governo desde o início da escolarização.
 - (C) destinam-se a aumentar a eficácia das instituições públicas e das organizações sociais que fazem a cogestão de equipamentos e serviços públicos.
 - (D) são de livre criação pelos entes federados e servem ao preparo e desenvolvimento de gestores públicos e privados.
 - (E) estão previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, como parte da educação superior no campo da Administração Pública.
-
50. A Escola do Legislativo do Distrito Federal (Elegis) tem por objetivos:
- I. Contribuir para a formação política da sociedade em geral.
 - II. Realizar audiências públicas sobre educação sempre que houver Projeto de Lei pertinente.
 - III. Favorecer a atualização profissional e a formação de deputados e servidores.
 - IV. Qualificar professores do Distrito Federal para a formação política dos estudantes.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e III.
 - (B) II e IV.
 - (C) I e III.
 - (D) I e II.
 - (E) I e IV.
-
51. Os projetos de educação para cidadania: Cidadão do Futuro, Jovem Cidadão e Cidadania para Todos, promovidos pela Elegis DF, destinam-se respectivamente a
- (A) estudantes do ensino fundamental, do ensino médio e superior e a cidadãos da terceira idade.
 - (B) estudantes da educação básica, do ensino superior e a não estudantes adultos moradores do DF.
 - (C) estudantes do ensino médio e superior, jovens trabalhadores e eleitores do DF.
 - (D) estudantes de cursos técnicos e profissionalizantes, estudantes do ensino fundamental e professores da rede pública do DF.
 - (E) cidadãos da terceira idade, jovens aprendizes e estudantes do ensino fundamental e ensino médio.



52. *"As empresas [...] ao invés de esperarem que as escolas tornem seus currículos mais relevantes para a realidade empresarial, resolveram percorrer o caminho inverso e trouxeram a escola para dentro da empresa".*

A esse tipo de educação dá-se o nome de educação corporativa. Considerando o trecho acima, a educação corporativa se justifica pela

- (A) qualidade superior desse aprendizado que ocorre em colaboração e cooperação com o Estado na educação escolar básica e superior, para o alcance de metas nacionais e o preparo de quadros para o exercício da cidadania ativa e inserção na vida produtiva.
- (B) responsabilidade social das empresas tendo em vista que a oferta direta de ensino básico para empregados e seus familiares poupa recursos por dispensar o recolhimento do salário educação e ainda prepara os empregados nas competências e habilidades necessárias.
- (C) incapacidade do Estado em fornecer para o mercado mão-de-obra adequada, de modo que as organizações chamam para si essa responsabilidade, defendendo o deslocamento do papel do Estado para o empresariado na direção de projetos educacionais.
- (D) necessidade de modernização do conceito de educação no século XXI para superar a decadência da educação escolar pública e seus baixos índices de aprendizado na educação básica e contribuir com as condições necessárias à empregabilidade.
- (E) importância de oferecer novos modelos de aprendizagem em ambientes e cenários intuitivos que acelerem os processos cognitivos a partir do uso de técnicas de desenvolvimento: da intuição sensível, da intuição intelectual e da intuição moral.

53. *Universidade Corporativa não é orfanato, não é instituição de caridade, não é o braço social da empresa e não é mecanismo compensatório. Sua função é cumprir o outro e maior "papel social" da empresa, que é produzir, ser competitiva, dar lucro, investir, crescer e engrandecer o País.*

Considerando o trecho acima, é correto afirmar que uma das características fundantes da Universidade Corporativa é

- (A) desenvolver habilidades de base, específicas para garantir o retorno do investimento.
- (B) suplementar a formação geral dos funcionários para a tomada de decisão.
- (C) investir no capital cultural dos participantes e colaboradores da empresa.
- (D) o desenvolvimento de competências essenciais aos negócios da instituição.
- (E) contribuir com a empregabilidade de longo prazo de seus colaboradores investindo na produtividade.

54. As expressões *Educação ao longo da vida* e *Aprendizagem ao longo da vida*, considerando o ambiente corporativo

- (A) são sinônimos e estão associadas aos direitos dos trabalhadores a continuarem a aprender, ter acesso à cultura e desenvolver a cidadania corporativa.
- (B) são distintas, sendo a primeira destinada a qualificar a educação informal e a segunda a educação formal em ambientes escolares ou profissionais.
- (C) equivalentes, variando apenas na escala das aprendizagens, no aprofundamento teórico ou prático, e quanto ao conteúdo.
- (D) tornam-se referidas ao desenvolvimento profissional e à empregabilidade vinculadas sempre às necessidades produtivas do mercado.
- (E) são complementares e caracterizam as ações que resultam da superação da teoria do capital humano para a teoria do capital cultural.

55. Em uma organização pública, o setor de T&D procedeu ao levantamento de necessidades de capacitação e educação (LNC), a partir de procedimento orientador para cada unidade, de demandas por eventos de aprendizagem vinculados às suas metas e ações. O setor de T&D consolidou as informações e executou o plano de ação sendo que a avaliação, após sua execução, destacou uma discrepância importante: *a maioria dos servidores que solicitaram cursos de curta duração no LNC não se inscreveram; complementarmente, muitos servidores inscritos não haviam solicitado os cursos.*

Considerando o caso narrado, está correto considerar como fator explicativo da discrepância

- (A) a imposição das chefias, sem consulta prévia aos servidores, produziu a ociosidade nos cursos após a baixa frequência e posterior abandono daqueles em cujo nome foram demandados os cursos.
- (B) o interesse dos servidores públicos em se aperfeiçoarem apenas em épocas de revisão da progressão funcional e quando há vantagens pecuniárias, como a concessão de adicionais por qualificação.
- (C) os programas dos cursos ofertados, as metodologias e formas de avaliação não atenderem às expectativas do público demandante, gerando frustração e resistência na participação.
- (D) que a mudança de interesses entre os servidores, uma vez que os cursos são uma oferta aberta ao arbítrio de cada um, com liberdade de escolha sobre o quê, como, quando e onde aprender.
- (E) a desarticulação entre: os processos de gestão de pessoas (recursos humanos), as unidades organizacionais pertinentes e a falta de visão e de funcionamento sistêmico de T&D na organização.



56. O quadro abaixo exhibe tipos de educação e formação profissional:

Tipo de educação profissional	Escopo	Objetivos	Extensão de tempo
I	Amplia e Aperfeiçoa a pessoa para crescimento profissional na carreira na organização	Menos Amplos	Médio Prazo
II	Prepara e forma a pessoa ao exercício de uma profissão no mercado de trabalho	Amplos e Mediatos	Longo Prazo
III	Prepara a pessoa para ocupar determinado cargo na organização	Restritos e Imediatos	Curto Prazo

Os tipos elencados I, II e III são, respectivamente:

- (A) Mestrado profissional – Graduação profissional e Curso Técnico de nível Médio.
(B) Formação profissional – Desenvolvimento profissional e Treinamento.
(C) Desenvolvimento profissional – Treinamento e Formação profissional.
(D) Desenvolvimento profissional – Formação profissional e Treinamento.
(E) Mestrado profissional – Formação profissional e Treinamento.

57. A Gestão do Conhecimento nas organizações é o

- (A) processo de obter, gerenciar e compartilhar o conhecimento dentro da mesma organização.
(B) conjunto das ações que envolvem o preparo dos colaboradores e a sua formação permanente.
(C) procedimento que visa proteger a propriedade intelectual da produção e da criação de produtos para o mercado.
(D) processo de distribuição e controle de informações estratégicas da organização por meio de redes internas.
(E) procedimento que permite expropriar o conhecimento dos trabalhadores e torná-lo propriedade privada das empresas.

58. “Um dos principais desafios na gestão do capital intelectual é a transformação do conhecimento contido nos indivíduos, em suas formas tácita e explícita, em conhecimento organizacional de maneira a promover o processo de aprendizagem organizacional (...)”.



(A criação do conhecimento organizacional: O Caso da Matsushita ...
Disponível em: www.ipea.gov.br)

A tese da “espiral do conhecimento”

- (A) parte do pressuposto de que o conhecimento humano é criado e expandido pela interação social entre o conhecimento tácito e o conhecimentos explícito e essa conversão do conhecimento ocorre em quatro fases ou etapas.
(B) propõe que, para ampliar o conhecimento dos colaboradores da organização é preciso promover momentos de socialização, externalização, combinação e internalização, ampliando assim o capital cultural da empresa.
(C) é uma estratégia neoliberal para espoliar o trabalhador, ampliando a extração da mais valia absoluta e relativa, na medida em que induz a entrega espontânea do conhecimento tácito à empresa, transferindo um produto valioso ao capitalista com custo zero.
(D) é um diagrama que mostra o movimento do conhecimento dentro da empresa, que pode ou não ser utilizado para a inovação, objetivo primeiro na sociedade do conhecimento, que orienta as táticas e estratégias de sobrevivência no mercado.
(E) demonstra que o conhecimento individual é a origem do processo, porém são necessários incentivos que operem em espiral, num movimento inicial de externalização, seguida da socialização, da internalização e, por fim, da combinação, retornando ao ponto inicial.



59. As tendências internacionais no campo da educação corporativa em organizações e empresas mostram uma Mudança de Paradigma do Treinamento para Aprendizagem.

	Antigo paradigma de treinamento	Paradigma da aprendizagem no Século XXI
Local	Prédio	Aprendizagem disponível sempre que solicitada – em qualquer lugar, a qualquer hora.
Conteúdo	Atualizar habilidades	Desenvolver competências básicas do ambiente de negócios.
Metodologia	Aprender ouvindo	Aprender agindo.
Público-alvo	Funcionários internos	Equipes de funcionários, clientes e fornecedores.
Corpo docente	Professores e consultores externos	Gerentes seniores internos e um consórcio de professores universitários e consultores.
Frequência	Evento único	Processo contínuo de aprendizagem.
Meta	Desenvolver qualificações individuais	Solucionar problemas reais e melhorar desempenho no trabalho.

(Meister, 1999, p.22)

Observando o quadro, é correto afirmar que na comparação:

- I. O corpo docente é ampliado e admite a atuação de agentes cujo conhecimento tácito tem reconhecido valor formativo e potencializador da auto-formação.
- II. As metodologias ativas e experimentações dão lugar ao estudo acadêmico e teórico dos temas objeto do treinamento.
- III. A meta passa a ter foco no futuro, buscando incutir no funcionário as capacidades e habilidades que serão necessárias no cargo que futuramente este funcionário poderá ocupar.
- IV. Com o treinamento correto e suficiente culminando em certificação, todos conseguem mudar seus comportamentos e saírem capacitados a solucionar os problemas da empresa.
- V. A matéria-prima da formação permanente deixa de ser caso fictício para se tornar uma questão empresarial que a equipe enfrenta no seu trabalho diário.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e IV.
- (B) I, III, IV.
- (C) III, IV e V.
- (D) II, IV e V.
- (E) I, III e V.

60. Um grupo de ativistas intitulado “Movimento Voto Esclarecido” esteve presente às dependências de uma Casa Legislativa durante um mês, visitando gabinetes e parlamentares, assistindo ao funcionamento de Sessões Plenárias, das Comissões Temporárias e Permanentes, além de circular em diferentes horários nas dependências da Casa. Ao final desse período o Movimento protocolou na Ouvidoria uma denúncia de mau atendimento a cidadãos por parte de funcionários e servidores dos gabinetes. No mesmo período, o serviço 0800 da Ouvidoria registrou reclamações de mesma natureza.

Diante do problema, ao setor de T&D foi solicitado o planejamento de um treinamento junto a esses funcionários e servidores para sanar os problemas. Os passos necessários a essa tarefa são:

- (A) Tomar contato com as denúncias e avaliar sua pertinência investigando: a fidedignidade das informações; verificar que regras estão sendo infringidas; chamar cada envolvido no problema para uma preleção e dar ciência das consequências em caso de novos incidentes.
- (B) Diagnosticar os problemas a partir dos registros de denúncia; verificar a existência de protocolos de atendimento ao público e se os mesmos são suficientes para orientar as ações e tarefas dos funcionários; preparar treinamento que atenda às necessidades verificadas com vistas a ampliar conhecimento e alterar comportamentos individuais e de grupo.
- (C) Verificar se os colaboradores são servidores ou terceirizados; identificar os envolvidos e convocar: servidores, para treinamento intensivo e terceirizados, para demissão; selecionar conteúdos teóricos sobre direitos humanos e civilidade para o material instrucional.
- (D) Selecionar o conteúdo a ser tratado que melhor possa servir à reflexão para a mudança de comportamento; definir claramente o objetivo do treinamento tendo em vista os conteúdos; dividir o trabalho em módulos ou ciclos, escolher a metodologia privilegiando a tecnologia à distância.
- (E) Convocar os funcionários para ouvir deles a sua versão sobre o ocorrido; verificar previamente se as denúncias são procedentes; solicitar o currículo de cada um para conhecer suas experiências de formação; oferecer alternativa de mudança de função; sugerir, em caso de reincidência, tratamento psicológico para mudança de atitude para o público.